

## O TAMANHO DA FAMÍLIA COMO FATOR SOCIODEMOGRÁFICO A INTERFERIR NA ESCOLARIZAÇÃO DOS FILHOS

GLÓRIA, Dília Maria Andrade\* – UFMG

GT-14: Sociologia da Educação

### Introdução

A partir da modernidade, a família passou, pouco a pouco, a preservar sua intimidade e a colocar a criança no centro das relações familiares. Associado a esse maior investimento nos filhos — e com os devidos créditos aos progressos científicos —, estaria o surgimento do fenômeno do controle da natalidade pelas famílias (Ariès, 1981). Assim, a redução da prole permite e é motivada por uma dedicação maior aos filhos, em tempo e em cuidados materiais e afetivos (Saraceno, 1997).

Segundo Kellerhals e Roussel (1987:22), “os pais têm menos filhos o mais freqüentemente porque eles desejam menos filhos. E se eles desejam menos filhos é porque o significado do lugar da criança mudou para eles”<sup>1</sup>. Assim, esse significado — que era, sobretudo, instrumental, porque representava uma força de trabalho, uma segurança para a velhice e um eventual sucessor — adquire um valor mais expressivo: de gratificação afetiva para os pais.

Essa redefinição gradual do lugar do filho, com a intensificação das relações afetivas entre pais e filhos, acaba por estabelecer uma maior responsabilidade parental quanto ao sucesso escolar e profissional da prole, cuja oportunidade de ascensão social mostra-se cada vez mais relacionada à escolarização (Nogueira, 2005:572). Os pais têm, pois, buscado, cada vez mais, desenvolver estratégias educativas no intuito de promover o êxito escolar dos filhos e, para tanto, a redução do tamanho da família<sup>2</sup> apresenta-se como um fator relevante.

De fato, a associação negativa entre tamanho da família e resultado educacional tem recebido grande atenção da literatura sociológica, tratando-se de uma relação forte e freqüentemente convincente (Phillips, 1999), o que permite pensar que algumas famílias

---

\* Pesquisa realizada no Doutorado em Educação da UFMG sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Alice Nogueira.

<sup>1</sup> Todas as citações de autores estrangeiros que não possuem tradução oficial para a Língua Portuguesa são de minha autoria.

<sup>2</sup> Tal como ocorre na maioria dos trabalhos nos campos da Demografia e da Sociologia, no Brasil e na França, os termos “tamanho da família” e “número de filhos” são usados como equivalentes. Já os termos “tamanho da fratria” e “número de irmãos”, que apresentam também o mesmo sentido, aparecem, sobretudo, na literatura americana.

reduzem o número de filhos para poder investir mais intensamente, inclusive em termos escolares, em cada um deles.

Portanto, o presente trabalho busca analisar o tamanho da família como um fator sociodemográfico a interferir nas escolarizações dos filhos. Mas, antes, faz-se necessária uma apresentação da forma pela qual essa investigação foi conduzida e uma caracterização, mesmo que breve, das famílias pesquisadas.

### **Sobre o percurso investigativo**

Esta pesquisa configurou-se sob duas óticas: 1) uma incursão no campo da Demografia, de modo a se traçar um pano de fundo da sociedade brasileira, mediante um exame do fator sociodemográfico investigado e; 2) a realização de entrevistas semi-estruturadas, a fim de se analisar como esse fator, que não tem uma ação isolada, depende da forma pela qual se articula num dado grupo social e familiar.

A conjugação de perspectivas qualitativas e quantitativas não teve nenhuma pretensão de generalização, mas o intuito de melhor conhecer a realidade social na qual as famílias pesquisadas se inserem e, com isso, ampliar as possibilidades de compreensão dessa realidade, uma vez que “os processos e configurações (estruturas) sociais estão inseparavelmente ligados às dinâmicas micro e macrossociais” (Brandão, 2001:163).

Embora, no Brasil, os levantamentos estatísticos não tenham longa tradição nem apresentem conformidade nos instrumentos de coleta, as estatísticas educacionais brasileiras vêm apresentando melhoras. Foram, pois, buscados dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), via os Censos Demográficos e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), bem como pesquisas acadêmicas publicadas, em especial no campo da Demografia.

Da perspectiva qualitativa, delimitou-se um grupo de 30 famílias residentes em Belo Horizonte, Minas Gerais. Para a definição do grupo social, optou-se pelas camadas médias por serem ainda muito pouco estudadas quanto às suas práticas educativas, tanto no Brasil, como no exterior (Nogueira, 2000).

Todavia, no Brasil, as camadas médias constituem uma abrangente categoria social, marcada por forte heterogeneidade interna. Na impossibilidade de se estudar esse todo abrangente, delimitou-se um segmento social específico.

Assim, para a seleção das famílias, o primeiro critério consistiu na propriedade de um diploma de curso superior, de modo a se garantir uma relativa homogeneidade do grupo pesquisado. Seguiu-se, ainda, a proposição de cientistas sociais que tendem a basear-se na estratificação socioocupacional para melhor apreender a estrutura das classes sociais (Quadros, 2003), sendo definidas duas categorias socioocupacionais: 1) a de profissionais liberais, a qual abrange os indivíduos que prestam serviço como autônomos e; 2) a de funcionários públicos, ou seja, pessoas legalmente empossadas em um cargo governamental. Trata-se, pois, de profissionais cujas ocupações são de nível superior (advogados, arquitetos, dentistas, médicos, psicólogos etc.), que exercem uma atividade intelectual e especializada, e que apresentam uma situação socioeconômica estável, em decorrência de seu grau de escolaridade e, sobretudo, de sua inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto observado para a composição do grupo foi sua constituição demográfica, de modo que deveria abranger famílias de tamanho reduzido ou numeroso. Previamente à seleção, estabeleceu-se que as famílias com dois filhos<sup>3</sup> seriam classificadas como reduzidas e aquelas com três ou mais filhos como numerosas, por duas razões: primeiro, considerou-se que a média hoje no Brasil é de 2,1 filhos por família (IBGE, 2004b); segundo, pela constatação empírica de que as famílias de camadas médias tendem a adotar, entre suas práticas de fecundidade, o controle do número de filhos (Bourdieu, 1998a), e que, portanto, nos segmentos sociais pesquisados, são numerosas famílias com três ou mais filhos.

A identificação das famílias foi realizada inicialmente mediante a indicação de terceiros. Outra parte do grupo pesquisado foi selecionada pelo procedimento que se costuma designar, em termos metodológicos, como técnica da “bola de neve”, em que os sujeitos investigados indicavam outras famílias.

As entrevistas foram semi-estruturadas, por propiciarem a flexibilidade necessária para que os sujeitos tivessem a liberdade de discorrer, informando e se posicionando sobre as questões propostas. Foram todas gravadas para que se registrassem os relatos com maior fidelidade possível. Entrevistaram-se os genitores das 30 famílias e 77 filhos, perfazendo um total de 107 entrevistas, no período de fevereiro a junho de 2005.

---

<sup>3</sup> Como a pesquisa investigou também a influência do gênero na escolarização, todas as famílias selecionadas tinham, pelo menos, um casal de filhos.

O grupo constituiu-se de 16 famílias com dois filhos — considerado um tamanho de família reduzido —; e de outras 14 famílias com três a cinco filhos — tamanho numeroso para os padrões demográficos atuais, especialmente nas camadas médias superiores em que se efetuou o estudo.

Pode-se dizer que a transcrição das entrevistas gravadas já constitui um primeiro momento de construção analítica, à medida que se apresenta como “uma verdadeira tradução ou até uma interpretação” (Bourdieu, 1997:709). No caso deste trabalho, procurou-se conciliar a proposta de fidelidade ao que foi expresso na entrevista à legibilidade do texto, de modo a torná-lo compreensível e fiel à sua função comunicativa.

A análise do material discursivo obtido a partir das entrevistas foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2000). Após a transcrição das entrevistas, os relatos foram submetidos a várias leituras, no sentido de se identificar categorias e subcategorias de análise, emergentes dos discursos produzidos pelos sujeitos entrevistados. Os dados foram, então, organizados e classificados progressivamente.

À medida que se avançava na compreensão do objeto de estudo, constituía-se a certeza de que esse avanço é sempre parcial, pois não há como se contemplar inteiramente os dados coletados e, muito menos, esgotar sua análise, até porque o caminho de análise definido é um dentre os possíveis.

### **O declínio no tamanho da família brasileira: o quadro demográfico e suas implicações educacionais**

No que se refere à diminuição do tamanho da família, em um período de 30 anos — de 1978 a 1998 —, a acentuada queda da taxa de fecundidade constitui, segundo Medeiros e Osório (2000), o fator mais importante.

De acordo com a análise da PNAD 2003 (IBGE, 2005:151), “a redução do tamanho da família, em função do rápido e intenso processo de redução da fecundidade nas últimas décadas” persiste como uma das tendências mais proeminentes no quadro demográfico familiar brasileiro.

De fato, o Censo constatou que, em meio século, no período de 1950 a 2000, a taxa de fecundidade total — ou o número médio de filhos que teria uma mulher ao final do seu período reprodutivo —, foi reduzida, no País, em mais da metade, passando de 6,2 a 2,4 filhos por mulher (IBGE, 2004a). Observa-se que a taxa de fecundidade

estimada passou a 5,8% em 1970, caiu para 4,4% em 1980, 2,9% em 1991 e chegou a 2,4% em 2000 (TAB. 1). E a perspectiva futura é a de que o número médio de filhos por mulher, no Brasil, diminuirá de 2,4 para 1,85 entre 2000 e 2050.

**TABELA 1**

**Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões – 1970/2000**

<i>Grandes Regiões</i>	<i>Taxa de fecundidade total</i>			
	1970	1980	1991	2000
Brasil	5,8	4,4	2,9	2,4
Norte	8,2	6,5	4,2	3,2
Nordeste	7,5	6,1	3,7	2,7
Sudeste	4,6	3,5	2,4	2,1
Sul	5,4	3,6	2,5	2,2
Centro-Oeste	6,4	4,5	2,7	2,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tendências Demográficas, Tabela 7 – Taxa de fecundidade total, por situação de domicílio, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1970/2000.

Esse processo de redução da taxa de fecundidade iniciou-se na década de 1970, sobretudo pela introdução de métodos contraceptivos orais, em meados dos anos de 1960, época em que se iniciou o processo de diminuição das taxas de natalidade.

Ao longo do período mostrado na TAB. 1, a Região Sudeste é a que tem apresentado as menores taxas de fecundidade no Brasil, logo seguida da região Sul, especialmente nas áreas urbanas. Em contrapartida, as regiões Nordeste e Norte, que apresentam taxas de fecundidade mais elevadas, são também as que obtiveram os maiores percentuais de queda da fecundidade de 1991 a 2000, registrando cifras de 28,36% e 24,72%, respectivamente, enquanto a média nacional de queda na taxa de fecundidade foi de 17,73% (IBGE, 2000). De fato, a expectativa é a de que os percentuais de queda da fecundidade tornem-se menos significativos à proporção que alcancem níveis mais reduzidos.

Ainda, ao se observar a TAB. 1, nota-se que, em 2000, os níveis estimados da fecundidade para as cinco regiões brasileiras encontram-se bastante próximos ao da média nacional de 2,4 filhos por mulher. No estado de Minas Gerais, na Região Sudeste, esse índice foi ainda menor: 2,2 filhos por mulher (IBGE, 2000).

Em 2003, de acordo com os dados da PNAD, a taxa de fecundidade chegou a 2,1 filhos por mulher no País (IBGE, 2004b) e, em 2005, manteve-se nesse patamar (IBGE, 2006). Segundo artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* (Góis, Wolthers, 2004), isso coloca o Brasil em um padrão próximo ao de países desenvolvidos, uma vez que o número médio de filhos por mulher é de 1,4 na Europa e de 2,1 nos Estados Unidos. Na ótica demográfica, a taxa de 2,1 filhos por mulher é considerada mera reposição da população, porque supõe que, num casal com dois filhos, uma criança substituirá a mãe e outra substituirá o pai, sendo o excedente de 0,1 necessário, uma vez que leva em conta os efeitos da mortalidade.

Embora o declínio da taxa de fecundidade seja um fato constatado para o País como um todo, existem ainda grandes diferenças regionais e socioeconômicas na população.

De acordo com o Censo 2000 (IBGE, 2000), as mulheres situadas nos grupos familiares de maior renda (renda *per capita* acima de cinco salários mínimos) tinham 1,1 filho, ao passo que, nos grupos de menor renda (até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo), a taxa de fecundidade era de 5,3 filhos por mulher.

Também segundo os dados do Censo, no Brasil, as mulheres, com 11 ou mais anos de estudo já possuíam, no ano de 2000, uma fecundidade estimada abaixo de 1,5 filho por mulher, ao passo que as situadas na categoria “sem instrução e menos de 1 ano” de estudo chegavam a ter uma fecundidade acima de 4 filhos por mulher. Na análise do IBGE, “o aumento da instrução feminina atua no sentido de construir um ambiente propício, quer seja na escala do indivíduo ou na dimensão da sociedade, para a redução do número de filhos” (IBGE, 2000:84).

Essa tendência à redução do número de filhos nas famílias brasileiras é também indicada em outros estudos, como o de Marteleto (2002) que, baseando-se na análise de coortes de 1963 e 1983, pré e pós-transição demográfica<sup>4</sup>, constata, não apenas que cresce o número de jovens que vivem em famílias menores, como o fato de que a redução no tamanho da família explica quase 30% do aumento da escolaridade da coorte mais nova em relação à mais velha.

Assim, se a atual realidade demográfica não deixa dúvidas quanto à redução do tamanho das famílias brasileiras — sobretudo às pertencentes aos grupos

---

<sup>4</sup> No Brasil, a transição demográfica refere-se ao período compreendido entre 1960 e 1990, quando ocorreram mudanças significativas nos padrões demográficos, com redução das taxas de fecundidade e de mortalidade, e do aumento da expectativa de vida.

socioeconomicamente mais favorecidos —, o que tem implicado na elevação do grau de escolaridade de nossos jovens, o objetivo agora é entender como o número menor de filhos relaciona-se com a educação escolar propiciada à prole nas famílias pesquisadas. Nesse sentido, apresentar-se-á, em seguida, uma análise dos dados empíricos coletados junto às 30 famílias entrevistadas.

### **Tamanho da família e escolarização: quando o “menos” pode ser “mais”**

O tamanho da família constitui-se em uma dimensão sociodemográfica cuja influência na escolarização já foi devidamente estabelecida por toda uma literatura sociológica e demográfica com a constatação de que quanto menor o número de filhos, maiores são os benefícios à escolarização de cada um deles. No caso das famílias entrevistadas, o intento é o de captar as mediações segundo as quais essa influência ocorre e, inclusive, examinar o nexos entre a redução do número de filhos e o desejo de favorecê-los, sobretudo em termos escolares.

Ao considerar-se o percurso escolar, do ensino infantil ao médio, as famílias entrevistadas, em geral, optam pela rede privada, visando maximizar as chances de ingresso em instituições e/ou cursos superiores de prestígio. Mas arcar com despesas de escolarização é algo que pesa no orçamento dessas famílias, sobretudo para aquelas com maior número de filhos. Em alguns casos, os genitores chegam a fazer o cálculo em termos do número de carros zero quilômetro que poderia ser adquirido com o valor das mensalidades escolares pagas. Ainda assim, a compreensão é a de que vale o “sacrifício” e que é preciso investir no capital escolar dos filhos.

Quando da conclusão do ensino médio, a preocupação dos genitores, independente do número de filhos, é propiciar o acesso a instituições públicas de ensino superior — tanto por serem gratuitas quanto pela qualidade superior da formação.

Quase todos os filhos entrevistados, que passaram pela experiência do vestibular, tentaram uma vaga em instituição pública, mas menos da metade (21 em 46) obteve sucesso. Dessa forma, quando o jovem não consegue ingressar na rede pública no nível de ensino superior, registra-se, muitas vezes, a preocupação com as despesas destinadas à sua escolarização superior, sobretudo nas narrativas das famílias numerosas.

Observa-se ainda que o direcionamento da prole para o ensino público superior apresenta um resultado diferenciado em função do número de filhos: dos 25 filhos de

famílias numerosas que já tiveram acesso ao ensino superior, 14 estudam ou estudaram somente em instituição pública; ao passo que dos 21 filhos de famílias reduzidas, apenas sete realizaram esse intento. Assim, as famílias numerosas não só se preocupam mais com os custos econômicos do curso superior para os filhos, como mostram um maior empenho para garantir seu ingresso em instituição pública de ensino superior.

Mas se necessário assumir os encargos financeiros dos estudos do filho em instituição de ensino privada, no caso de dificuldade (ou mesmo de impossibilidade) da família em fazê-lo, pode ocorrer que algum outro membro da parentela preste a ajuda monetária necessária à sua viabilização.

Embora as famílias entrevistadas configurem grupos domésticos simples, compostos por pais e filhos (Saraceno, 1997), os vínculos estabelecidos, afetivos e financeiros, extrapolam o espaço residencial da unidade doméstica e claramente expressam uma relação de ajuda mútua entre os parentes.

Constata-se que as famílias numerosas tendem a ser mais ajudadas pela parentela que as reduzidas, especialmente em termos financeiros, mas também sob a forma de algum outro tipo de apoio, como quando tios, primos ou avós auxiliam com as atividades escolares. Assim, quando a família pode contar com o apoio da parentela, o impacto do número maior de filhos sobre a escolarização pode ser atenuado. Segundo Petite (2005), trabalhos recentes têm mostrado o vigor e a constância de apoios familiares, inclusive no que se refere à escolarização, podendo constituir-se em uma verdadeira “rede discreta de solidariedade” (p. 9).

Outro dado associado ao tamanho da família diz respeito à relação entre estudo e trabalho. No grupo pesquisado, os jovens tendem a exercer uma atividade profissional somente após a conclusão de curso superior, sendo, até então, sustentados pela família. Dentre os entrevistados, contudo, há oito casos de jovens que exerceram e/ou exercem algum trabalho remunerado sem terem ainda ingressado e/ou concluído o ensino superior. É interessante o fato de que sete desses casos se concentram em famílias numerosas.

Embora não haja grande envolvimento com o trabalho (realizado de modo temporário), e esse não chegue a propiciar autonomia financeira, foi (ou é) possível a esses jovens suprir parcialmente algumas de suas necessidades — o que, sem dúvida, contribui para aliviar o orçamento dessas famílias, mesmo que provisoriamente, especialmente no caso das mais numerosas.



O fato é que as preocupações relativas aos investimentos necessários a uma boa escolarização mostram-se intrinsecamente associadas ao tamanho da família para muitas dessas famílias. Existe a clara percepção de que ter um número reduzido de filhos propicia melhores condições para se investir em uma educação de qualidade, tanto no que se refere ao tempo disponível para acompanhar as atividades escolares quanto aos recursos monetários a serem despendidos.

*Pai:* Um [filho], sem dúvida que é mais fácil [para educar]; dois, você começa a dividir aquilo que era de um; três, “fodeu” tudo [risos]!

*Mãe:* Então, eu acho que hoje em dia a gente trabalha muito, e pra você dar atenção, até financeiramente, hoje em dia é muito caro. Escola particular, Inglês, a gente quer sempre dar um pouco melhor. Igual meu pai e minha mãe, nove [filhos]! Cê tá brincando comigo, é ninhada!

(Família n. 2, dois filhos).

Para os genitores, o cálculo parece muito nítido: quanto menos filhos, mais benefícios para cada um deles, inclusive em termos escolares. Esse entendimento do filho como “custo econômico” (Godard, 1992:14) não significa, todavia, que o valor socioafetivo que é conferido ao filho seja desconsiderado pelos pais (Bourdieu, Darbel, 1966). Portanto, reduzir o tamanho da família torna-se uma maneira eficiente de investir o máximo possível em cada filho, de modo a oferecer a eles as melhores chances de estudo e de ascensão social.

Os relatos corroboram ainda a chamada “hipótese de diluição dos recursos”, e que constitui hoje a explicação mais aceita para “a existência de uma relação inversa entre o número de irmãos presentes nas famílias e o desempenho educacional de crianças e jovens” (Hasenbalg, 2003:57). Segundo esse modelo explicativo, em famílias numerosas, especialmente naquelas com filhos pequenos em idade escolar, haveria uma diluição da quantidade de recursos familiares disponíveis — financeiros e pessoais (tempo, energia e atenção) — entre os filhos, o que enfraqueceria, por sua vez, os resultados educacionais. Trata-se, evidentemente, de uma teoria a ser analisada em cada contexto de pesquisa. No caso deste trabalho, essa hipótese confirma-se e também se verifica que as famílias investigadas buscam reduzir o número de filhos, de modo a poder lhes oferecer melhores oportunidades educacionais.

Mas é lícito indagar: por que algumas das famílias desse mesmo grupo social têm três ou mais filhos? Não se preocupariam elas em investir na escolarização da prole? Por que não optaram pelo filho único, de modo a nele concentrar a totalidade dos

recursos familiares — econômicos, de tempo e afetivos — em busca do sucesso em sua escolarização?

A princípio, deve-se esclarecer que, mesmo as famílias numerosas, pertencentes ao grupo estudado, apresentam consciência do fato de que, quanto menor o tamanho da família, tanto maior a facilidade em atingir o elevado padrão de vida e de educação escolar que se propõem a oferecer aos filhos.

*Mãe:* A gente pensava em ter três [filhos], aí vieram as gêmeas. Depois que a gente casou e viu as dificuldades, escola e tudo, começou a apertar, pesava muito, nós trabalhávamos o dia inteiro, né? [...]

*Entrevistadora:* Quando você diz que pensavam em três filhos, por que três?

*Mãe:* Filho único, a gente não queria. E também porque ele [marido] vem de família grande.

*Pai:* Lá em casa éramos oito. Na casa dela [mulher], quatro. Então eu sempre gostei de casa cheia, muita gente...

*Mãe:* E aí vieram as duas [filhas gêmeas], né? Hoje em dia, ter quatro [filhos]...

(Família n. 19, quatro filhos).

Na realidade, eu me programei pra ter dois filhos, né? Eu, antes, pensava em ter doze filhos, se fosse possível [risos]. Aí, depois, eu vi que não é bem assim, né? Pra você ter filho, você tem que ter um tempo, uma disponibilidade pra educar, pra participar da vida do menino... E isso também tem um custo, né? [...] Eu acho que no mínimo dois. Até porque uma família muito pequena, filho único, sempre ouvia falar que é muito problemático [...] Eu me preparei pra ter dois, mas Deus quis que eu tivesse três [risos]. (Pai, 56 anos, auditor fiscal, família n. 25, três filhos).

Dois aspectos fundamentais devem ser considerados nessa aritmética familiar: o primeiro refere-se ao desejo propriamente dito de se ter um dado número de filhos e o segundo reporta-se à ausência ou à falibilidade mesmo do planejamento familiar.

Por outro lado, em alguns relatos constata-se que, ao mesmo tempo em que desejam ter muitos filhos, esses pais acabam por se render a determinantes socioeconômicos e culturais (nem sempre conscientes) que definem sua condição de existência e orientam suas condutas “por uma série complexa de mediações” (Bourdieu, Darbel, 1966:146). Dessa forma, “os preceitos do éthos, expressão da necessidade interiorizada, se exprimem no imperativo-indicativo (‘isso não é para nós’)” (p. 146).

Mas a contradição se faz visível também sob outra perspectiva: mesmo conscientes de que o ideal é ter poucos filhos, de preferência um único filho, de modo a investir de forma maciça em sua educação, as famílias entrevistadas, em geral, afirmam que o filho único poderia implicar em um custo afetivo elevado, visto que poderia se tornar uma criança problemática.

Assim, sobre o desejo dos sujeitos em ter determinado número de filhos incidem fatores diversos a serem considerados, dentre os quais os seguintes mostram-se mais relevantes no grupo pesquisado:

1) O imaginário de que educar um único filho é mais difícil: pais tendem a acreditar que, por não ter irmãos com quem compartilhar tudo, esse filho se sentiria muito só e/ou seria muito mimado e dependente, por ter a atenção parental nele centrada. No entanto, essa idéia não se mostra predominante nas camadas médias em geral: de acordo com a revista *Veja* (Zakabi, 2004), oito em cada dez famílias brasileiras com renda acima de cinco salários mínimos têm apenas um filho, sempre com a perspectiva de se investir fortemente em sua educação. Mas, segundo Poittevin (2005), conviver entre irmãos é uma experiência benéfica do ponto de vista da socialização, visto que ensina a viver em uma sociedade na qual se deve conquistar o próprio espaço em uma relação de respeito mútuo. Já o estudo de Black, Devereux e Salvanes (2004), embora realizado na Noruega, evidencia que o filho único atinge uma escolaridade mais baixa que a média das crianças em famílias com dois filhos e o mesmo nível escolar de crianças de famílias com quatro filhos. O fato é que as ponderações parentais em torno de se ter um único filho contradizem, em alguns casos, o plano da realidade que se impõe para se submeterem ao desejo, de modo consciente ou não.

2) O tamanho da família de origem: se, para alguns genitores, a experiência própria de ter muitos irmãos é um desestímulo, para outros, representa uma referência positiva e desejável. Na França, segundo Breton e Prioux (2005), a passagem ao terceiro filho tende a ser mais comum quando a mãe ou o pai é oriundo de uma família numerosa. Se, no grupo pesquisado, essa influência também se apresenta claramente, muitas vezes, diante da realidade que se apresenta desfavorável em face de tal propósito, os genitores se abstêm de seu desejo de uma família maior para propiciar uma educação e uma vida melhor aos filhos.

3) As circunstâncias de vida familiar e profissional pela qual passa o casal: a satisfação com a relação conjugal e a necessidade de se investir mais (ou não) na carreira, em dado momento, são amostras de situações experienciadas que influenciam o desejo de se ter mais ou menos filhos. Há, por exemplo, relatos de genitores que gostariam de ter filhos quando mais jovens, mas a situação econômica mais frágil e a sobrecarga de trabalho não lhes permitiu; e, quando já estabilizados profissional e economicamente, não tiveram mais a disposição necessária para criar outros filhos.

4) O gênero é outro aspecto que se encontra relacionado ao tamanho da família: alguns genitores expressam o desejo de ter, pelo menos, um filho do sexo masculino e outro do sexo feminino. Esse fator aparece também nas pesquisas de Breton e Prioux (2005) assim como na de Black, Devereux e Salvanes (2004), cuja constatação é a mesma: quando os dois primeiros filhos nascidos são do mesmo sexo, a probabilidade de se ter um terceiro filho é um pouco maior do que quando eles são de sexo diferente.

5) A recomposição da família tende a elevar o número de filhos, quando o novo casal conjugal deseja ter pelo menos um filho em comum.

Esse conjunto de fatores comumente associados ao número de filhos desejado produz situações complexas no seio dos diferentes contextos familiares estudados. Assim, mesmo que todas essas famílias tivessem demonstrado ter consciência do impacto positivo de um menor número de filhos na qualidade de vida e de escolarização, outros fatores vêm se sobrepor à razão.

De fato, a possibilidade da escolha parental em ter filhos mostra-se, algumas vezes, “baseada sobre avaliações subjetivas, mais do que sobre obrigações (normas) externas” (Kellerhals, Troutot, Lazega, 1984:91). Mesmo que o grupo social de pertencimento incline-se a se impor uma fecundidade racional (Bourdieu, Darbel, 1966) e as obrigações econômicas reiterem isso, seu peso é, em alguns casos, secundário no “campo das possibilidades”, uma vez que os recursos econômicos e culturais das famílias de camadas médias instruídas “lhes permitem se beneficiar de uma certa margem de manobra e optar entre diferentes alternativas” (Fagnani, Meunier, 1992:124).

No que diz respeito ao planejamento do número de filhos, para muitas famílias, ter três ou mais filhos constituiu-se em um incidente. Algumas delas se utilizavam de procedimentos contraceptivos e outras haviam mesmo tomado providências cirúrgicas para evitar filhos, mas, ainda assim, foram surpreendidas com outra gravidez. Por ser um evento não planejado, também o nascimento de gêmeos influi no número de filhos desejado pelos pais.

Ainda assim, por pertencerem às frações mais favorecidas das camadas médias, essas famílias não arcam com prejuízos de extrema repercussão na escolarização da prole, especialmente porque podem recorrer a estratégias para amenizar e/ou reverter eventuais dificuldades escolares. A perspectiva otimista em relação ao grupo pesquisado, todavia, não desfaz a realidade de que, em seu interior, as famílias

numerosas apresentam condições menos propícias à escolarização dos filhos do que as famílias de tamanho reduzido.

Não, [o desejo é] de ter menos [irmãos], mais não! [Risos] De jeito nenhum! Mas de ter menos sim. [Entrevistadora: Por quê?] Vai por esse fato mesmo: “Pôxa, tudo aqui eu tenho que dividir com todo mundo! Nossa, se fosse só eu, se fosse eu e mais um, seriam as coisas muito melhores, muito menos difíceis pra nós”. [...] Eu acho que aperta porque, às vezes, não tem condições de dar uma educação boa pra todos, né? (Henrique, 18 anos, 1º período de Economia, primogênito de quatro filhos, família n. 26).

[Entrevistadora: Você tem quatro irmãos. Você já teve o desejo de ter mais irmãos? Menos irmãos?] Menos irmãos. Com certeza, menos irmãos. Tem hora que você pensa que é muito bom ter esse tanto de irmão e tal porque você nunca tá sozinho, né? [...] Menos irmãos porque cinco tem esse tanto de coisa que tem, três ia ter bem mais e poderia ser educado de outra forma, né? De outra maneira. (Fabrício, 15 anos, 8ª série do ensino fundamental, terceiro de cinco filhos, família n. 20).

Assim, os jovens de famílias numerosas, em geral, percebem que, quanto menos irmãos, menos é preciso dividir, de modo que teriam certamente melhores condições educacionais. Não se trata apenas do pagamento de estabelecimentos escolares de prestígio, mas do espaço doméstico adequado à realização dos estudos e da disponibilidade de um maior e melhor capital cultural objetivado — ou seja, definido em sua materialidade (Bourdieu, 1998b) —, como dicionários, enciclopédias, obras documentárias etc. Sem dúvida, quanto mais educativo e cultural for o ambiente doméstico familiar, maiores as chances de favorecimento da escolarização dos filhos (Bounoure, 1995).

### **Considerações finais**

O quadro demográfico brasileiro revela um progressivo declínio da taxa de fecundidade, embora ainda apresente grandes diferenças regionais e socioeconômicas na população. De fato, no Brasil, são os segmentos mais favorecidos, em termos socioeconômicos e instrucionais, os que apresentam uma maior redução no número de filhos, bem como um grau de escolaridade mais elevado.

No que concerne ao grupo pesquisado, existe realmente a preocupação em se ter um número menor de filhos, de modo a favorecê-los, inclusive no que diz respeito à sua escolarização. Ocorre apenas que, nas famílias numerosas, os esforços empreendidos, a fim de concretizar o desejo de uma escolarização bem-sucedida para os filhos, mostram-

se mais evidentes. Esforços, aliás, que se traduzem, em certos casos, na forma de uma rede de solidariedade parental. Também o fato de que essas famílias numerosas permitam que o filho trabalhe antes da conclusão dos estudos para contribuir para aliviar o orçamento doméstico, parece ser um indicador de sua maior fragilidade econômica em razão do número maior de filhos, até para arcar com as despesas relativas à escolarização. Na verdade, observa-se que, ao se tratar do processo de escolarização, a diluição dos recursos parentais em função do maior número de filhos mostre-se mais patente em termos materiais do que psíquicos (tempo e energia). Essa constatação talvez possa ser atribuída ao fato de que a repartição do tempo e da atenção parentais não seja tão perceptível quanto à divisão dos bens materiais, de tal maneira que só se fez sentir mais fortemente nas famílias entrevistadas com quatro ou mais filhos. De outra parte, os investimentos monetários na educação escolar e extracurricular dos filhos têm-se mostrado cada vez mais elevados, até mesmo em função da maior competitividade nos mercados escolar e profissional, o que faz com que o impacto econômico do maior número de filhos na escolarização também se revele com mais expressividade.

É importante ainda reiterar que, para além da ausência ou da falibilidade do planejamento familiar, em virtude de suas condições socioeconômicas, as famílias entrevistadas podem, de modo geral, satisfazer o desejo de um número maior de filhos sem, com isso, colocar em risco suas ambições de uma escolaridade longa e de sucesso para a prole. Mas, quando se leva em conta a realidade da grande maioria das famílias brasileiras, vê-se que são as famílias de baixa renda e de menor nível de instrução as que apresentam um maior número de filhos e que, portanto, apresentam a menor possibilidade de propiciar a eles uma escolaridade de média ou de longa duração. Assim, mais do que planos nacionais intervencionistas para reduzir a taxa de fecundidade nos meios desfavorecidos, o estabelecimento de um projeto político consistente, que tenha a educação como prioridade, seria mais realista e benéfico para viabilizar melhores condições de vida para a população.

## Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.

BLACK, Sandra E.; DEVEREUX, Paul J.; SALVANES, Kjell G. The more the merrier? The effect of family composition on children's education. *National Bureau of Economic Research*, Aug. 2004, p. 1-48. Disponível em: <<http://papers.nber.org/papers/w10720.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2005.

BOUNOURE, Annick. *Parents de collégiens: conceptions et pratiques éducatives*. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de Educação: Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 1998a. Cap. V, p. 81-126.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de Educação: Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 1998b. Cap. IV, p. 71-79.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 693-732.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. La fin d'un malthusianisme? In: DARRAS. *Le partage des bénéfiques*. Paris: Minuit, 1966, p. 136-154.

BRANDÃO, Zaia. A dialética micro-macro na sociologia da educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRETON, Didier, PRIOUX, France. Deux ou trois enfants? Influence de la politique familiale et de quelques facteurs sociodémographiques. *Population-F*, v. 60, n. 4, p. 489-522, nov. 2005. Disponível em: <[http://www.ined.fr/fichier/t\\_publication/1166/publi\\_pdf1\\_popf.4\\_breton\\_prioux.pdf](http://www.ined.fr/fichier/t_publication/1166/publi_pdf1_popf.4_breton_prioux.pdf)> Acesso em: 26 jun. 2006.

FAGNANI, Jeanne; MEUNIER, Christine. Modèles culturels, interactions conjugales et fécondité: uma enquête qualitative auprès de couples appartenant aux couches moyennes instruites. *Recherches Sociologiques*, Louvain-la-Neuve, v. 23, n. 1, p. 123-140, 1992.

GODARD, Francis. *La famille: affaire de générations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

GÓIS, Antônio; WOLTERS, Gabriela. Fecundidade cai e só recompõe a população. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 set. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3009200427.htm>> Acesso em: 21/07/05

HASENBALG, Carlos. A distribuição de recursos familiares. *In*: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. Cap. II, p. 55-83.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/sintese\\_pnad2005.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/sintese_pnad2005.pdf)> Acesso em 20 set. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2004/indic\\_sociais2004.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2004/indic_sociais2004.pdf)> Acesso em: 27 jul. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004a. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/tendencias.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/tendencias.pdf)> Acesso em: 26 jul. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004b. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/sintese\\_pnad2003.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/sintese_pnad2003.pdf)> Acesso em 26 jul. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2000: Nupcialidade e fecundidade, resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade\\_fecundidade/censo2000\\_fecundidade.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade_fecundidade/censo2000_fecundidade.pdf)> Acesso em: 05 ago. 2005.

KELLERHALS, Jean; ROUSSEL, Louis. Présentation du numéro spécial Sociologie de la famille: “Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances des recherches 1965-1985”. *L'Année Sociologique*, Paris, v. 37, p. 15-43, 1987.

KELLERHALS, Jean; TROUTOT, Pierre-Yves; LAZEGA, Emmanuel. *Microsociologie de la famille*. Presses Universitaires de France, 1984. Chapitre IV: La place de l'enfant, p. 89-108.

MARTELETO, Leticia J. O papel do tamanho da família na escolaridade dos jovens. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 159-177, jul. / dez. 2002.



MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 17, n. 1 / 2, p. 67-85, jan. / dez. 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social / interrogações sociológicas. Separata de: *Análise Social*, Lisboa, v. XL, n. 176, p. 563-578, 3º trimestre de 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar – Um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 125-154.

PETITE, Ségolène. *Les règles de l'entraide: Sociologie d'une pratique sociale*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.

POITTEVIN, Aude. Une lecture des espaces pour lire les liens fraternels. *Espaces et Sociétés*, Paris, n. 120-121, p. 61-77, juin 2005.

PHILLIPS, Meredith. Sibship size and academic achievement: what we now know and what we still need to know – Comment on Guo & Van Wey. *American Sociological Review*, Albany, v. 64, n. 2, p. 188-192, Apr. 1999.

QUADROS, Waldir José de. A evolução recente das classes sociais no Brasil. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003, p. 15-69.

SARACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

ZAKABI, Rosana. O Brasil do filho único. *Veja*, São Paulo, 18 fev. 2004. Geral, Família, p. 92-95.